

Prazo se encerra em novembro

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, soterrou ontem o Congresso Nacional com 18 caixas cheias de papel e números, pesando ao todo mais de 300 quilos: é a proposta do Executivo do Orçamento da União para o próximo ano. O Congresso tem o prazo até 30 de novembro próximo para aprová-lo. Apesar do trabalho à vista, o presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), garantiu, ao receber as 18 caixas, que "o Congresso cumprirá o seu dever e votará no prazo". O ministro porém, brincou com o senador, dizendo que se os parlamentares estivessem todos presentes, "se demitiriam" ao ver o tamanho do Orçamento que eles terão de analisar.

Segundo Abreu, o documento é resultado das determinações da Constituição de 1988, que prevê a elaboração de um Orçamento anual dividido em três partes: um orçamento fiscal, outro das empresas estatais e um terceiro da seguridade social. Abreu considerou esta nova apresentação melhor que o sistema anterior. "Este grande avanço foi propiciado pela nova Constituição e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)", que foi aprovada em julho deste ano.

"OBRIGOU"

Assim que a LDO foi divulgada, os técnicos da Seplan começaram a preparar a papelada que resultou em mais de 300 quilos de informações para os Congressistas. O ministro começou dizendo que a LDO "obrigou" para corrigir em seguida, "estimulou o Executivo a trabalhar melhor", elaborando um Orçamento mais detalhado e completo. Para Abreu, "a qualidade do orçamento

federal subiu muito".

Saindo do Senado, o ministro foi até a Câmara dos Deputados, onde entregou a mensagem do presidente José Sarney encaminhando a proposta ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, Cid Carvalho (PMDB-MA). Também estava presente o líder da bancada do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS).

Abreu explicou ao presidente da Comissão que pela primeira vez o Executivo teve "o cuidado de descrever os procedimentos" utilizados para elaborar o Orçamento. Carvalho preferiu destacar que a entrega da mensagem representava "o ápice de uma grande luta, que é a restauração dos poderes de participação do Legislativo no Orçamento". Resta saber se os parlamentares conseguiram digerir o calhamaço.

PRAZO

As datas ainda não estão fixadas, mas o primeiro passo é estabelecer um prazo para a apresentação de emendas na Comissão Mista. O senador Nelson Carneiro adiantou que deverão surgir muitas emendas, o que vai aumentar mais ainda o trabalho de apreciação do Orçamento. Depois disso, o relator tem de apresentar seu parecer, que será votado na Comissão. O documento então vai para o Congresso. Vale lembrar que os parlamentares só são obrigados a aparecer na Casa uma vez por semana, na quarta-feira. Mas, enquanto o Legislativo começa a esquentar a cabeça, os técnicos da Seplan vão tirar "merecidas férias", segundo o ministro João Baptista de Abreu, para compensar o trabalho na montagem do Orçamento.